

REMÉDIO SANTO: REZAS E CURAS NO BELO MONTE DE ANTONIO CONSELHEIRO

Pedro Lima Vasconcellos*

Resumo: Consideraremos dois aspectos que fizeram a vida do arraial liderado por Antonio Conselheiro. Em primeiro lugar destacaremos as inúmeras notícias que se espalharam sobre o Belo Monte como lugar da cura de males de todos os tipos, elemento que terá contribuído decisivamente para o enorme afluxo de pessoas ao arraial conselheirista no curto espaço de sua existência. O segundo aspecto diz respeito a um indivíduo em particular, e à sua prática curandeira: o pajé Manoel Quadrado, muito próximo ao Conselheiro. Com isso se pretende alargar o horizonte de compreensão do episódio “Canudos” para além dos âmbitos comumente considerados. Pretende-se também salientar o lugar destacado da religião, particularmente a sua faceta “milagreira”, na vida da gente conselheirista.

Palavras-chave: Antonio Conselheiro, doença, salvação, milagre

Introdução

Canudos, ou melhor, Belo Monte é inesgotável. Evento singular da história brasileira, sua abordagem revela facetas inusitadas de nosso passado que permanecem vivas em nosso presente. O centenário de *Os sertões*, e, mais recentemente, da morte de seu genial autor, só vem recolocar a necessidade de voltarmos à experiência conselheirista libertos da “gaiola de ouro” (expressão de José Calasans) em que a obra-prima euclidiana acabou por aprisioná-la.

O presente ensaio considera dois aspectos que fizeram a vida de Belo Monte. Em primeiro lugar destacamos as inúmeras notícias que se espalharam (não só no sertão), de Belo Monte como lugar da cura de males de todos os tipos, elemento que terá contribuído decisivamente para o enorme afluxo de pessoas ao arraial conselheirista no curto espaço de sua existência. Num segundo momento focaremos nossa atenção nas esparsas notícias a respeito de um curandeiro que se destacou no meio da gente conselheirista por suas rezas e receitas: o pajé Manoel Quadrado, auxiliar do Conselheiro.

E não será necessário aqui salientar ainda mais a relevância decisiva do religioso para compreender a saga de Antonio Conselheiro e sua gente em Belo Monte. Nos termos de Rui Facó, ali se desenvolveu uma mística capaz de atrair os pobres do sertão e de articular alternativas

significativas de vida. Recriava-se então o percurso que possibilitaria um vale menos lacrimoso aqui (capaz até de ser convertido em terra da promessa) e a salvação eterna no além.

Como em tudo que se refere à vida e ao cotidiano de Belo Monte, as informações são esparsas e dispersas. Isso, em vez de constituir um entrave a impedir a busca, proporciona a percepção dos variados olhares que se debruçaram sobre a trajetória do arraial conselheirista e sobre seu líder. É isso, mais que a dimensão fatural, que procuraremos aqui salientar.

I. Lenitivo para tudo

É de todos conhecido o contexto imediato no qual surgiu o empreendimento de Belo Monte. Implantação da República com suas conseqüências no nível religioso (separação entre Igreja e Estado, implantação do casamento civil, secularização dos cemitérios): algumas delas chegaram ao conhecimento da gente de que há anos acompanhava o Conselheiro em suas andanças pelo sertão rezando, construindo e restaurando igrejas e cemitérios. Menos considerado é o pretexto imediato, que precipitou os acontecimentos, levando o Conselheiro com sua gente a suspender a itinerância e a buscar refúgio mais seguro: os protestos contra os novos impostos, municipais, que o regime republicano tinha autorizado, e a tentativa de repressão por parte da polícia baiana. E é também conhecido que, tão logo se instalou no velho arraial de Canudos e o batizou como Belo Monte, Antonio Conselheiro atraiu milhares de pessoas para viver junto com ele, cansadas que estavam das péssimas condições de trabalho a que eram submetidas pelos coronéis da região; estes, por sua vez, tomaram o arraial conselheirista como o segundo grande golpe que suas fazendas receberam, depois da abolição da escravatura. A conjunção destes fatores foi decisiva para que, em junho de 1893, Antonio Conselheiro se instalasse, junto com centenas de pessoas, às margens do rio Vaza-barris e ali se fixasse, transformando o velho arraial Canudos em Belo Monte.

Mas é necessário acrescentar a esses aspectos, todos eles relevantes para entender o estabelecimento de Belo Monte e seu desenvolvimento, um dado peculiar. Informações da imprensa da época e de outras proveniências dão conta de que boa parte das pessoas que se dirigiram a Belo Monte era feita de doentes. Segundo José Calasans, parcela significativa da população de Belo Monte era feita de “doentes mentais, aleijados, incapacitados que viviam das esmolas do Bom Jesus e esperavam seus milagres” (Calasans, 1997: 52).

Aqui vale cabe uma observação. A articulação entre religião e saúde passa necessariamente, no contexto que estamos considerando, pelo reconhecimento da possibilidade do milagre. Efetivamente, a fama do Conselheiro como milagreiro já vem de longa data, trazendo consigo também os esforços por descaracterizá-la. Assim, teremos

os testemunhos populares (muitas vezes em forma de poesia) confirmando a fama do Conselheiro e afirmações em contrário. Vamos a alguns exemplos.

Já em 1874, quase vinte anos, portanto, antes do estabelecimento de Belo Monte, se falava “dos aparentes e mentirosos milagres” praticados por “um aventureiro santarrão que se apelida por Antonio dos Mares”, justamente por isso chamado de “santo”.ⁱ Alguns anos depois uma quadra popular é recolhida por Sílvio Romero, onde se confirma o perfil, atribuído a Antonio Conselheiro, de libertador dos males:

Do céu veio uma luz

Que Jesus Cristo mandou

Santo Antônio Aparecido

Dos castigos nos livrou (Romero, 1977: 41).

Certamente contavam-se também histórias escabrosas a respeito do Conselheiro. Em Araçás, três pessoas teriam perdido a vida e outra ficara alucinada em oportunidades em que o beato pregava, em março e abril de 1876 (Calasans, 1997: 37). Mas a predominância era, sem dúvida, do benéfico: “Um fio de sua barba [do Conselheiro], um fragmento de unha possuíam extraordinárias virtudes contra vários males” (Soares, 1985: 43). Falava-se que “uma senhora, que sofria de doença rebelde, mandou vir um pedaço do hábito do Santo Conselheiro, queimou-o e dissolveu as cinzas em água morna. Bebeu a droga milagrosa e ficou curada incontinenti”. Outra história garante que uma árvore sob a qual o Conselheiro se abrigara, em Chorroxó, “ficou sagrada. Suas folhas eram panacéia infalível; sua sombra curava os crédulos enfermos” (Calasans, 1950: 35-36). E Câmara Cascudo recolheu a certeza disseminada de que “faziam milagres a água em que bebia e as folhas de árvore que o abrigara” (s/d, 301).

Histórias como essas povoaram os sertões enquanto o Conselheiro por eles perambulava, e terão pesado na decisão de muita gente que decidiu fixar-se junto ao Conselheiro quando este estabeleceu Belo Monte. Temos notícia de que menos de um mês depois de Canudos virar Belo Monte “mais de duas mil pessoas haviam tomado a direção de Canudos; destas, somente 500 eram válidas”. Comenta João Arruda:

A presença de um contingente tão numeroso de doentes justifica-se pela crença no poder curativo que era atribuído. A insistência com que eram repetidas as notícias dos milagres

estimulava a crença dos que eram física e psiquicamente incapazes de que a única solução para suas dificuldades encontrava-se no santo povoado. Somente o santo peregrino poderia restabelecer seu estado de saúde (Arruda, 1993: 87-88).ⁱⁱ

Na poesia venenosa de um inimigo do arraial,

A fé crescia e crescia

O excremento do embusteiro

Se dizia: remédio divino

Remédio que cura ligeiro.

A urina se guardava em garrafas

Relíquia de grande valor

As mulheres brigavam por ela

Pediam pelo Santo Amor (Bombinho: 2002, 32).

No ambiente do catolicismo popular o milagre, particularmente aquele ligado à recuperação da saúde, não é algo inimaginável. Histórias de milagreiros com suas façanhas se encontram também em movimentos que guardam algum tipo de proximidade com o de Belo Monte, como o de Juazeiro e do Contestado. Neles encontramos lideranças que,

para passar à categoria de *milagreiros*... deveriam antes passar por um processo de divinização, que se baseava numa vida exemplar centrada na generosidade, na renúncia aos bens deste mundo e no sofrimento assumido. Tornar-se-iam, então, eles próprios, *santos* e poderiam chegar a ser associados à figura de Cristo. José Maria, João Maria, Antônio Conselheiro e Padrinho Cícero são os exemplos mais famosos dos seres humanos que se tornaram divinos e que, por isso mesmo, podiam realizar milagres (Zaluar, 1983: 104).ⁱⁱⁱ

No caso do Conselheiro, atravessou o sertão a certeza de que o santo fazedor de milagres agora edificava um arraial sagrado, lugar da cura e do bem estar. E muita gente terá dado ouvidos ao poeta popular:

Quem quiser remédio santo

Lenitivo para tudo

Procure o Conselheiro

Que ele está lá nos Canudos (Calasans, 1950: 32).

Essa memória do Conselheiro curador de doenças, fazedor de milagres terá, então, sido fator decisivo na atração de milhares de pessoas que deixaram suas casas, venderam seus bens, abandonaram seus senhores e buscaram junto ao beato alternativas para a resolução de suas questões cotidianas. Inclusive a saúde. Memória que perdura até nossos dias (Pinho, 1996: 106-107).

Desta forma, Belo Monte não atraiu pessoas exclusivamente porque representava uma alternativa ao sistema baseado no coronelismo e no latifúndio, e às reformas no interior do catolicismo, que pretendiam restringir algumas das práticas religiosas mais queridas ao povo, mas também porque, de maneira muito imediata, sinalizava a recuperação da vida, a superação de limites básicos.

Deve-se ainda ressaltar que a questão da cura e dos poderes miraculosos do Conselheiro serviu de maneira significativa para alimentar as retóricas oposicionistas ao arraial, que a citaram como exemplo da ignorância e do fanatismo impostos ao povo pelo líder de Belo Monte. Para ficar num único caso, leiamos o que diz Manoel Benício, autor de uma admirada crônica sobre a vida do arraial conselheirista: “Grande número de doentes, nervosos, aleijados e loucos chegavam também a Belo Monte em demanda de cura a suas enfermidades. Conselheiro não medicava, curava pela fé e, salvando por este modo a saúde de muitos, assegurava o milagroso poder de que se dizia investido por graça divina” (Benício, 2003: 160). Aqui importa menos o desencontro nos detalhes, se Antonio Conselheiro curava ou apenas apelava à fé das pessoas: o resultado é que o beato via seu poder sobre o povo reforçado, na medida em que atribuía suas ações ao poder divino que nele habitava. Essa capacidade de atrair as multidões tomadas por ignorantes foi mote sempre repetido em todas as manifestações que, de uma forma ou de outra, pediram a destruição de Belo Monte ou a justificaram.

Curioso, por outro lado, é notar que um intérprete do Conselheiro e do seu Belo Monte, certamente simpático a ambos, e autor de obra memorável, que foi a transcrição e edição de um dos cadernos manuscritos do referido líder, tenha dificuldades em lidar com os dados que corriam o sertão: “não é verdade que lhe [a Antonio Conselheiro] atribuíam poderes sobrenaturais ou a prática de milagres” (Nogueira, 1997: 48). Um pouco antes afirmara: “[O Conselheiro] não faz milagres nem qualquer os seus entusiastas admiradores lhe atribuem a prática de qualquer milagre. Não usurpa funções sacerdotais, nem de médicos, nem de farmacêuticos. Não é curandeiro” (p.23). Juízos assim peremptórios derivam do esforço do autor, no afã de apresentar o Conselheiro de maneira favorável, tratar de entendê-lo a partir da estrita doutrina católica ortodoxa, desconsiderando o caráter multifacetado, complexo, irredutível a fórmulas anteriormente determinadas, da religião popular vivenciada no Belo Monte, que tem no milagre e na cura elementos constitutivos indispensáveis, como já afirmado.

Consuma-se, portanto, no peregrinar do Conselheiro pelos sertões, o que prometera a seu compatriota João Brígido, ir “para onde me chamam os mal-aventurados” (Benício: 2003, 80). No deslocar-se coletivo para a Canudos feita Belo Monte, é a gente mal-aventurada que vai ao encontro daquele que lhe pode, assim se crê, abrir as portas da salvação, “arrombar as portas da eternidade” (Macedo: 1969, 61).

II. Um índio em ação

O segundo aspecto a ser considerado diz respeito a um indivíduo em particular, e à sua prática. Muito próximo do Conselheiro, Manoel Quadrado também mereceu atenção da poesia popular:

Manoel Quadrado ocupava-se,

E o médico e curandeiro

Vivia a catar raízes

Nos matos e tabuleiros

Rezando com as benzeduras

O buso era aventura

E ordem do Conselheiro (Aras, in: Calasans, 1984: 97).

Euclides da Cunha também rendeu seu reconhecimento à figura do curandeiro: “É um tipo adorável. Manoel Quadrado, olhando para tudo aquilo [a movimentação dos beatos] com indiferença notabilizadora. Era o curandeiro; o médico. Na multidão suspeita a natureza tinha, afinal, um devoto, alheio à desordem, vivendo num investigar perene pelas drogarias primitivas das matas” (Cunha, 1985: 246). Na síntese cuidadosa, resultante de tantas informações daqui e dali, de José Calasans, apesar de ser curtidor de couro, era da atividade de enfermeiro que resultou o *status* diferenciado e destacado que o Quadrado alcançou no Belo Monte de tantas promessas. E conclui: “sua medicina era boa” (1986: 78.79 [citação extraída desta última página]). Há inclusive a notícia de que, junto aos manuscritos do Conselheiro, contendo algumas de suas prédicas, achados no fim da guerra, se encontrava um livro pertencente a Manoel Quadrado: *Lições de patologia clínica*, de Pedro Braga (Silva, 1996: 266).

Segundo José Aras, não era apenas Manoel Quadrado que atendia os doentes e lhes fornecia rezas e remédios: “velhos e inválidos se encarregavam de benzeduras, atendendo filas enormes. Tudo era gratuito por determinação do Conselheiro”. O mesmo autor apresenta uma extensa lista “das doenças e plantas respectivas usadas para sua cura em Belos Montes”, ao que parece fruto das práticas medicinais do Quadrado (Aras, 1953: 51-52). Um precioso documento, pelo qual se pode avaliar os males mais comuns na percepção que recebiam da gente sertaneja, de seus curandeiros e benzedoras: “as doenças eram curadas com raízes ou folhas de ervas e arbustos, casca de árvores, cipós, etc., colhidos nos taboleiros e ensinados pelos curadores existentes” (52). A se julgar pelos registros de Benício, além de sabedor de patuás para se conquistar a pessoa amada (2003: 129), de mandingas contra cobra (210) e de beberagens para se superar o vício do álcool (218), Quadrado era dedicado ao exercer o ofício: ele “não tinha a medir com os doentes” (278); “cuidava dos feridos, empregando mezinhas [*sic*] que as [*sic*] sarasse, também por instinto de humanidade...” (280). Terá morrido em meio aos combates, coincidentemente no mesmo dia que Antonio Conselheiro, a 22 de setembro de 1897, duas semanas antes do último combate e incêndio do arraial.

Um dado intrigante, contudo, a merecer nossa atenção, são as informações sobre Quadrado, que “segundo vários depoimentos de não índios é pajé dos índios Tuxá de Rodelas” (Mascarenhas, 1995: 44, nota 20).^{iv} Recolheria, então, da secular sabedoria medicinal indígena, e “deveria misturar mezinhas e rezas” (Calasans, 1986: 78). Esse ponto é de particular importância, porque possibilita pensar em termos mais concretos as formas do intercâmbio cultural e religioso operado em Belo Monte. Embora desde Euclides se fale da religião sertaneja como “mestiça”, normalmente o arraial conselheirista tem suas práticas religiosas consideradas a partir do referencial católico. Pergunta-se, por exemplo, se o Conselheiro usurpou ou não funções sacerdotais, ou a respeito dos santos que eram ali cultuados. Trata-se de questões relevantes, obviamente, mas queremos aqui salientar a participação significativa de elementos oriundos das

tradições indígenas do entorno, que não apenas conviveram com aqueles de outras proveniências, como principalmente propiciaram a Belo Monte o reforço de uma de suas facetas mais significativas: a de lugar da vida e de sua recuperação.

Conclusão

Mês e meio antes do fim dos combates, em que Belo Monte foi completamente arrasado e a maioria de seus habitantes morta, Euclides da Cunha travou contato com um “jaguncinho” de catorze anos, Agostinho, prisioneiro. Depois de uma saraivada de perguntas sobre os mais variados aspectos do arraial e suas lideranças mais destacadas,

terminamos o longo interrogatório inquirindo acerca dos milagres do Conselheiro. Não os conhece, não os viu nunca, nunca ouviu dizer que ele fazia milagres. E ao replicar um dos circunstantes que aquele declarava que o *jagunço* morto em combate ressuscitaria – negou ainda.

– Mas o que promete afinal ele aos que morrem?

A resposta foi absolutamente inesperada:

– Salvar a alma (Cunha, 2000: 110-111).

O *jaguncinho* nada sabe dos milagres do Conselheiro, o que talvez indique que estes são mais propalados fora que dentro do arraial. Ou aponte para o costumeiro internamente considerado estupendo pelo sertão afora. Mas confirma sobre o Quadrado, “tranqüilo e inofensivo; curandeiro experimentado, debelando as moléstias mercê de uma farmacopéia rudimentar; conhecedor de todas as folhas e raízes benéficas” (Cunha, 2000: 107). E faz revelação surpreendente, ao articular a luta pela sobrevivência do arraial sagrado com a autonomia religiosa ali construída, e garantida pela releitura da promessa escatológica, em que saúde e salvação se articulam: quem peleja pela vida do arraial tem a alma salva. Escatologia tradicional no teor, não no uso abusado que recebe, que faz lembrar a afirmação abusada ao frei inquisidor que, não conseguindo seu intento de dispersar o arraial, escreveu relatório pedindo a destruição deste: os sertanejos lhe garantiram que “não precisavam de padres para se salvar, porque tinham o seu *Conselheiro*” (Marciano: 1987: 6). Salvação para o corpo e para a alma.

Bibliografia

- ARAS, José. *Sangue de irmãos*. Museu do Bendegó, Salvador, 1953.
- ARAS, José. “O fantasma de Canudos”. In: José Calasans. *Canudos na literatura de cordel*. Ática. São Paulo, 1984, p.87-104.
- ARRUDA, João. *Canudos: messianismo e conflito social*. UFC / Secult, Fortaleza, 1993.
- BENÍCIO, Manoel. *O rei dos jagunços*. Crônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos. In: AZEVEDO, Sílvia Maria. “*O rei dos jagunços de Manuel Benício*”: entre a ficção e a história. Edusp, São Paulo, 2003, p.41-330.
- BOMBINHO, Manuel Pedro das Dores. *Canudos, história em versos*. Editora da Ufscar, São Carlos, 2002 [org. Marco Antonio Villa].
- CALASANS, José. *O ciclo folclórico do Bom Jesus Conselheiro*. Contribuição ao estudo da campanha de Canudos. Tipografia Beneditina, Salvador, 1950.
- CALASANS, José. *Quase biografias de jagunços*. Centro de Estudos Baianos, Salvador, 1986.
- CALASANS, José. *Cartografia de Canudos*. Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia / Egba, Salvador, 1997.
- CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do folclore brasileiro*. 10 ed., Ediouro, Rio de Janeiro / São Paulo, s/d.
- CUNHA, Euclides da. *Diário de uma expedição*. Companhia das Letras, São Paulo, 2000.
- CUNHA, Euclides da. *Os sertões*. Brasiliense, São Paulo, 1985.
- DOBRORUKA, Vicente. *Antônio Conselheiro: o beato endiabrado de Canudos*. Diadorim, Rio de Janeiro, 1997.
- FONSECA, João Justiniano da. *Rodelas: curraleiros, índios e missionários*. Edição do autor, Salvador, 1996.
- LEVINE, Robert. *O sertão prometido: o massacre de Canudos*. Edusp, São Paulo, 1995.
- MACEDO, Nertan. *Antônio Conselheiro: a morte em vida do beato de Canudos*. Record, Rio de Janeiro, 1969.
- MARCIANO, João Evangelista de Monte. *Relatório apresentado, em 1895, pelo reverendo Frei João Evangelista de Monte Marciano, ao Arcebispado da Bahia, sobre Antonio*

Conselheiro e seu séqüito no arraial dos Canudos. Tipografia do Correio da Bahia, Salvador, 1895 (edição em fac-símile pelo Centro de Estudos Baianos, 1987).

MASCARENHAS, Maria Lúcia Felício. *Rio de sangue e ribanceira de corpos*. Monografia de bacharelado, Ufba, Salvador, 1995.

NOGUEIRA, Ataliba. *Antônio Conselheiro e Canudos: revisão histórica*. 3 ed., Atlas, São Paulo, 1997.

PINHO, Patrícia Santana. *Revisitando Canudos hoje no imaginário popular*. Dissertação de Mestrado. Unicamp, Campinas, 1996.

ROMERO, Sílvio. *Estudos sobre a poesia popular no Brasil*. 2 ed., Vozes, Petrópolis, 1977.

SILVA, José Maria de Oliveira. *Rever Canudos: historicidade e religiosidade popular (1940-1995)*. Tese de Doutorado, Usp, São Paulo, 1996.

SOARES, Henrique Duque-Estrada de Macedo. *A campanha de Canudos*. 3 ed., Philobiblion, Rio de Janeiro, 1985.

VASCONCELLOS, Pedro Lima. *Do Belo Monte das promessas à Canudos destruída: o drama bíblico da Jerusalém do sertão*. Catavento, Maceió, 2010.

ZALUAR, Alba. *Os homens de Deus*. Um estudo dos santos e das festas no catolicismo popular. Zahar, Rio de Janeiro, 1983.

* Professor Assistente-Doutor do Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Docente dos cursos de Teologia do Centro Universitário Salesiano de São Paulo e da Escola Dominicana de Teologia. Mestre e Livre-docente em Ciências da Religião e Doutor em Ciências Sociais.
ⁱ Jornal *O Rabudo*, de Estância (SE), de 22/11/1874 (texto completo em <http://canudos.portfolium.com.br> [28/06/10]).

ⁱⁱ A notícia do deslocamento das pessoas a Belo Monte João Arruda a encontrou no jornal *Diário de Notícias*, de Salvador, de 1º de julho de 1893.

ⁱⁱⁱ Não vem ao caso agora discutir se termos e expressões como “divinização”, “identificação com Cristo” são os mais adequados para expressar o fenômeno que se quer explicar.

^{iv} “Ao tomar o rumo dos sertões de Chorrochó e Canudos, o Conselheiro esvaziou a aldeia [de Rodelas]” (Fonseca: 1996, 161).